



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA Estado do Paraná

Anexo II do Decreto nº 431/2016

“Anexo V do Decreto nº 306/2016

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES 2016”

“Conteúdo Programático dos Testes Compatíveis com a Função”

Técnico de Gestão Pública

Assistência Técnica de Gestão - TGPB01

- Lei nº 4.928/1992 - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina e suas alterações até a Lei nº 12.380/2015;
- Constituição Federal - CAPÍTULO VII – Da Administração Pública - Seção I – Disposições Gerais (art. 37 a art. 38), Seção II – Dos Servidores Públicos (art. 39 a art. 41); CAPÍTULO II – Das Finanças Públicas - Seção II – Dos Orçamentos (art. 165 a art. 169);
- Lei Orgânica do Município de Londrina - TÍTULO III – Da Administração Pública Municipal - Atos das Disposições Transitórias – Artigo 2º; incisos I, II e III;
- Lei nº 8.666/1993 - Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública e suas alterações – Capítulo I – Seção I – Dos Princípios / Capítulo II – Seção I – Das Modalidades, Limites e Despesas;
- Lei nº 10.520/2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Decreto 5.450/2005 – Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Lei nº 9.337/2004 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Londrina;
- Noções de Orçamento Público – Constituição Federal – CAPÍTULO II – Das Finanças Públicas - Seção II – Dos Orçamentos (art. 165 a art. 169);
- Lei Complementar nº 101/2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. – Capítulo II – Do Planejamento, Capítulo III – Da Receita Pública e Capítulo IV – Da Despesa Pública – Seção I – Da Geração da Despesa;
- Lei 4.320/1964 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal - Título I – Da Lei de Orçamento; Título II – Da Proposta Orçamentária, Título III – Da Elaboração da lei de Orçamento, Título V – Dos Créditos Adicionais

Assistência Técnica de Contabilidade - TGPB03

- Lei nº 4.928/1992 - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina e suas alterações até a Lei nº 12.380/2015;
- Noções de contabilidade geral:
- Conceito, princípios contábeis. b) Contas: conceito, função, funcionamento, teoria das contas, classificação das contas. c) Plano de contas: conceito, finalidades, características, planificação contábil. d) Escrituração: objeto, classificação, disposições legais, livros de escrituração, formalidades na escrituração contábil. Lançamento: conceito, critérios para debitar e creditar, fórmulas de lançamento, retificação de lançamentos, documentos contábeis. f) Balancete de verificação: conceito, tipos de balancetes, periodicidade. g) lançamentos de ajustes contábeis – Lei 6.404/76 e alterações;
- Noções básicas de contabilidade pública: a) Orçamento Público: definição e princípios orçamentários. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamentos Anuais, ciclo orçamentário. b) Demonstrações Contábeis: Balanço orçamentário, financeiro e patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. c) Créditos Adicionais: conceito, classificação, requisitos para abertura de créditos. Vigência dos créditos. d) Execução orçamentária: Fases da receita e despesa. Classificação legal da receita e da despesa: classificação institucional, funcional, programática e por natureza da despesa. e) Plano de Contas Aplicado



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA Estado do Paraná

ao Setor Público. Plano de contas pelo TCE das Entidades Municipais do Paraná. f) Sistemas de Escrituração: Orçamentário, Patrimonial, Compensado e de Custos. g) Regime de adiantamento: concessão e controle. h) Restos a Pagar. i) Lei nº 4.320/64; j) Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público; k) Lei Complementar nº 101/00;

- Noções básicas sobre Constituição Federal: Constituição Federal do Brasil – da Seguridade Social, art.194 e art.195 - da Previdência Social, art.201, art.202 – da Assistência Social, art. 203 e art. 204.

Assistência Técnica de Fiscalização - TGPB04

- Direito Administrativo: Conceitos de autorização de uso, concessão de uso, permissão de uso e donatários de uso, todos de imóveis legalmente cedidos pela Administração Municipal.
- Lei Municipal 7.303/1997 e suas alterações – Código Tributário do Município de Londrina: Impostos Municipais: ISS, IPTU e ITBI; Taxas
- Lei Municipal 11.468/2011 e suas alterações– Código de Posturas do Município de Londrina: Da Consulta Prévia para Licença de Localização e Funcionamento; Da Licença de Localização e Funcionamento dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Prestadores de Serviços; Do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Localizados no Município; Das Infrações e Penalidades;
- Lei Municipal 11.381/2011 – Código de Obras e Edificações do Município de Londrina; Direitos e Responsabilidades; Disposições Administrativas e Técnicas; Acessibilidade; Notificações, Infrações e Penalidades.
- Decreto 248/2013 que regulamenta o disposto no Capítulo XVI da Lei nº 11.381/11; Disposições Gerais, Aplicação das Penalidades, Defesas.
- Lei 11.672/2012 – Parcelamento do Solo Urbano
- Disposições Preliminares, Fiscalização;
- Lei Municipal 12.236/2015 e suas alterações– Lei de Uso e Ocupação do Solo no Município de Londrina: Capítulo II – Dos Usos; Capítulo III – Das Zonas Comerciais; das Infrações e Sanções;
- Lei Municipal 12.237/2015 – Sistema Viário do Município; A Composição da Rede Viária e Suas Funções

Assistência Técnica de Informática - TGPB05

- Lei nº 4.928/1992 - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina e suas alterações até a Lei nº 12.380/2015;
- Redes de computadores (Conceitos, Hardware e Software);
- Microcomputadores e periféricos (Conceitos, Hardware e Software);
- Segurança da informação;
- Windows Active Directory;
- Windows 7 e 8;
- Linux;
- Browsers;
- Softwares em geral utilizados na Administração Direta e Indireta do Município de Londrina;
- Atribuições da área de atendimento e suporte técnico de informática.

Assistência em Projetos e Serviços de Planejamento e Gestão - TGPC01

- Lei nº 4.928/1992 - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina e suas alterações até a Lei nº 12.380/2015;
- Constituição Federal do Brasil de 1988 - Art. 37, 38, 39 e 40; 165 a 169;
- Lei Orgânica do Municipal - TÍTULO III – Da Administração Pública Municipal;
- Lei nº 9.864/2005 e suas alterações até a Lei nº 10.564/2008 – Capítulos I, II e IX;
- Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública e suas alterações;
- Lei nº 10.520/2002 - Lei que instituiu a Modalidade de Licitação denominada Pregão;
- Lei Complementar 123/2006 - Estatuto das ME/EPP, Capítulos I, II e V.
- Lei nº 12.462/2011 - Regime Diferenciado de Contratações.
- Lei Complementar nº 101/2000 (Lei que estabelece Normas de Finanças Públicas volta das para a Responsabilidade na Gestão Fiscal e dá outras providências) – Seção II – Das Despesas com Pessoas – Capítulo IX – Da Transparência, Controle e Fiscalização – Seção I;
- Decreto municipal nº 52/2010 e alterações.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA Estado do Paraná

- Decreto municipal nº 245/2011 e alterações.
- Lei nº 9.337/2004 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Londrina.

Assistência em Desenvolvimento de Políticas e Controles de Pessoal - TGPC03

- Lei nº 4.928/1992 - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina e suas alterações até a Lei nº 12.380/2015;
- Conteúdo específico: Recursos Humanos: atribuições básicas, motivação, trabalho em equipe, liderança, delegação, avaliação de desempenho; Comunicação Interpessoal: barreiras, uso construtivo, comunicação formal e informal;
- Constituição Federal - Art. 37, 38, 39 e 40;
- Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003;
- Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005;
- Lei nº 9.337/2004 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Londrina e suas alterações até a Lei 12.366/2015;
- Decreto nº 526/2011 - Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor e para o acompanhamento de pessoa de sua família;
- Decreto 1.287/2011 – Regulamenta o processo de requerimento e compensação de licença prêmio.
- Decreto 1.052/2012 – Regulamenta o processo da Promoção na Carreira por Conhecimento da Administração Direta, Autárquica e Fundacional
- Decreto 1.525/2014 – Regulamenta o Sistema de Avaliação de Desempenho para Servidores efetivos em Estágio Probatório da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.
- Decreto 493/2015 - Regulamenta a concessão de turno especial de trabalho e de afastamento para capacitação aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

Assistência em Análise e Controle de Processos e Procedimentos Jurídicos - TGPC05

- Lei nº 4.928/1992 - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina e suas alterações até a Lei nº 12.380/2015;
- Processo Civil: Novo código de Processo Civil; Das partes e procuradores; Dos Atos processuais; Da formação, suspensão e extinção do processo; Lei 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa; Lei 6830/1980 - Lei de Execução Fiscal; Lei 8666/1993 - Lei de Licitações;
- Direito Civil: Das pessoas naturais; Das pessoas jurídicas; Do negócio jurídico; Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos; Da prescrição e decadência; Das modalidades das obrigações; Da transmissão das obrigações; Do adimplemento e extinção das obrigações; Do inadimplemento das Obrigações;
- Direito Constitucional: Dos princípios fundamentais; Dos Direitos e Garantias Constitucionais; Da organização do Estado; Da Organização dos Poderes; Da Tributação e Orçamento;
- Direito Tributário: Sistema Tributário Nacional; Competência Tributária; Impostos e Taxas; Legislação Tributária; Obrigação Tributária; Crédito Tributário;
- Direito Administrativo: Regime Jurídico Administrativo; Princípios Constitucionais Administrativos; Organização Administrativa; Organização Administrativa da Procuradoria do Município; Figuras da Administração Indireta; Servidores Públicos; Atos Administrativos;
- Lei 9790/1990 - Lei das Oscips e ONGs;
- Lei Orgânica do Município de Londrina.

Assistência em Elaboração e Coordenação de Licitações - TGPC06

- Lei nº 4.928/1992 - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina e suas alterações até a Lei nº 12.380/2015;
- Constituição Federal de 1988, arts. 5º, 37 a 41, 163 a 170 e 196 a 200;
- Lei Orgânica do Município de Londrina - TÍTULO V – Dos Bens do Município;
- Lei nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa: arts. 1 a 13;
- Lei nº 4.320/64 - Lei que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, art. 34 a 70;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA Estado do Paraná

- Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública e suas alterações;
- Lei nº 10.520/2002 - Lei que instituiu a Modalidade de Licitação denominada Pregão;
- Lei Complementar 123/2006 - Estatuto das ME/EPP, Capítulos I, II e V.
- Lei nº 12.462/2011 - Regime Diferenciado de Contratações.
- Decreto municipal nº 52/2010 e alterações.
- Decreto municipal nº 245/2011 e alterações.

Assistência de Contas a Pagar e Controles Financeiros - TGPC07

- Lei nº 4.928/1992 - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina e suas alterações até a Lei nº 12.380/2015;
- CONTABILIDADE GERAL: a) fundamentos de contabilidade: conceito, objeto, finalidade, usuários. b) Plano de contas: conceito, finalidades, características, planificação contábil. c) Princípios e normas contábeis brasileiras emanadas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. d) Componentes do patrimônio: ativo, passivo e patrimônio líquido. e) Conceitos, forma de avaliação e evidenciação. f) Variação do patrimônio líquido: receita, despesas, ganhos e perdas. g) Apuração dos resultados: períodos contábeis, regimes de apuração do resultado e lançamento de ajustes e retificação de lançamentos. h) Lei nº 6.404/76 e alterações;
- CONTABILIDADE PÚBLICA: a) Legislação: Lei nº 4.320/64 e alterações, Lei Complementar nº 101/00 e alterações, b) Orçamento Público: definição e princípios orçamentários, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, ciclo orçamentário, créditos adicionais. Execução orçamentária: Fases da receita e despesa. Classificação legal da receita e da despesa: classificação institucional, funcional, programática e por natureza da despesa. c) Demonstrações contábeis. d) Patrimônio Público: Conceito, aspecto quantitativo e qualitativo, variações patrimoniais, inventário, repercussão da movimentação da receita e despesa sobre o patrimônio, avaliação. e) Créditos adicionais: conceito, classificação, requisitos para a abertura de créditos, vigência. Ingressos e dispêndios extra orçamentários. f) Regimes de adiantamento. g) Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Plano de contas pelo TCE das Entidades Municipais do Paraná. Sistemas de Escrituração: Financeiro, Orçamentário, Patrimonial, Compensado e de Custos. h) Prestação de contas: Funções do Tribunal de Contas e dever do administrador público de prestar contas. i) Controle Interno e Externo e as Contas Governamentais: Controle Interno, Controle Externo, Tomada de Contas e Prestação de Contas; j) Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.
- Lei nº 8.666/1993 - Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública e suas alterações;
- Lei nº 10.520/2002 - Lei que instituiu a Modalidade de Licitação denominada Pregão;
- Lei Complementar 123/2006 - Estatuto das ME/EPP, Capítulos I, II e V.
- Lei nº 12.462/2011 - Regime Diferenciado de Contratações.

Assistência Técnica em Controladoria Institucional - TGPC08

- Lei nº 4.928/1992 - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina e suas alterações até a Lei nº 12.380/2015;
- Constituição Federal do Brasil de 1988 – Artigos 145 a 169;
- Lei Orgânica do Município de Londrina - Título III;
- Lei nº 4.320/1964 - Lei que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei nº 8.429/1992 - Lei de Improbidade Administrativa;
- Lei nº 8.666/1993 - Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública e suas alterações;
- Lei nº 10.520/2002 - Lei que instituiu a Modalidade de Licitação denominada Pregão;
- Lei Complementar 123/2006 - Estatuto das ME/EPP, Capítulos I, II e V.
- Lei nº 12.462/2011 - Regime Diferenciado de Contratações.
- Lei nº 10.028/2000 - Lei dos Crimes de Responsabilidade Fiscal;
- Lei Complementar nº 101/2000 - Lei que estabelece Normas de Finanças Públicas voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal e dá outras providências;
- Decreto Municipal nº 149/2015 - Regimento das Diárias e Adiantamentos da Administração Direta e Indireta do Município de Londrina;
- Decreto Municipal nº 73/2005 - Decreto que estabelece as normas para Prestação de Contas, no Município de Londrina, das concessões de Subvenções, Auxílios e Contribuições.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA Estado do Paraná

- Resolução TCE-PR nº 28/2011 - Fiscalização e a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná quanto às transferências voluntárias de recursos financeiros no âmbito estadual e municipal.
- Instrução Normativa TCE-PR nº 61/2011 - Regulamenta a Resolução nº 28/2011, dispõe sobre a formalização, a execução, a fiscalização e a prestação de contas das transferências de recursos financeiros no âmbito estadual e municipal.

Assistência em Análise e Execução de Atividades Fiscais e Tributárias - TGPC10

- Lei Municipal 7.303/1997 e suas alterações – Código Tributário do Município de Londrina: Interpretação e Integração da Legislação Tributária; Sujeito Passivo; Solidariedade; - Constituição do Crédito Tributário Extinção do Crédito Tributário – Disposições Gerais; - Prescrição e Decadência; Impostos Municipais: ISS, IPTU e ITBI; Taxas; - Dívida Ativa – Fiscalização - Procedimento Tributário; - Reclamação Contra Lançamento: Instâncias Administrativas
- Lei Municipal 11.468/2011 e suas alterações – Código de Posturas do Município de Londrina: Da Consulta Prévia para Licença de Localização e Funcionamento; Da Licença de Localização e Funcionamento dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Prestadores de Serviços; Do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Localizados no Município; Das Infrações e Penalidades; Dos Autos de Infração; Da Interdição; Do Procedimento para Cassação de Alvará e Lacre de Estabelecimentos; - Da moralidade e do sossego, dos divertimentos, do trânsito público e das medidas referentes a animais. - Do comércio ambulante, do comércio no calçadão e das feiras.
- Lei Municipal 11.381/2011 – Código de Obras e Edificações do Município de Londrina - Disposições Preliminares; Direitos e Responsabilidades; Disposições Administrativas e Técnicas; Execução e Segurança das Obras; Acessibilidade; Notificações, Infrações e Penalidades
- Decreto 248/2013 que regulamenta o disposto no Capítulo XVI da Lei nº 11.381. Disposições Gerais, Aplicação das Penalidades, Defesas.
- Lei 11.672/2012 – Parcelamento do Solo Urbano
- Disposições Preliminares, Fiscalização, Infrações e Sanções;
- Lei Municipal 12.236/2015 e suas alterações – Lei de Uso e Ocupação do Solo no Município de Londrina: Dos Usos; Das Zonas Comerciais; Das Zonas Industriais; **Zona Especial de Interesse Social**; Infrações e Sanções; das Disposições Gerais e Complementares.
- Lei Municipal 12.237/2015 – Sistema Viário do Município; A Composição da Rede Viária e Suas Funções

Assistência em Análise e Suporte de Informática – TGPC14

- Equipamentos de rede;
- Equipamentos servidores;
- Equipamentos de armazenamento de dados;
- Gerenciamento de rede, equipamentos servidores e de armazenamento de dados;
- Segurança da informação;
- Virtualização de servidores;
- Redes virtuais;
- Sistemas operacionais Windows e Linux;
- Servidor de e-mail (Expresso).

Promotor de Saúde Pública

Promotor de Saúde Pública em Serviço de Enfermagem em Vigilância Sanitária - PSPB01

- Lei nº 4.928/1992 - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina e suas alterações até a Lei nº 12.380/2015;
- Conteúdo Específico: Licenciamento Sanitário e fiscalização de estabelecimentos de Saúde. Infrações Sanitárias e Processo Administrativo Sanitário; Esterilização, desinfecção e limpeza de artigos (Manual de Processamento de Artigos do MS); Limpeza e desinfecção de superfícies; Controle de Infecção nos serviços de saúde; Higienização das mãos em serviços de saúde; Reprocessamento de artigos médicos para Videocirurgia; Conceitos em VISA: conceito de VISA, inspeção sanitária, etc. Gerenciamento de Resíduos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA Estado do Paraná

nos Serviços de Saúde; Legislação Sanitária

- Legislação ANVISA: RDC nº 216, de 15/09/2004; RDC nº 275 de 21/10/2002; RDC nº 63 de 25/11/2011; RDC nº 259, de 20/09/2002; RDC nº 26, de 02/07/2015; RDC nº 306 de 07/09/2004; RDC nº 283, de 26/11/2005; RDC nº 15, de 15/03/2012; RDC nº 42, de 25/10/2010; RDC nº 156 de 11/08/2006; RDC nº 283 de 26/09/2005; RDC nº 50 de 21/02/2002;
- Legislação SESA: Resolução SESA nº 204/2009; Resolução SESA n.º 0496/2005; , Resolução SESA nº 0162/2005; Resolução SESA 0505/2005; Resolução SESA nº 0318/2002; Resolução SESA 0126/2007; Resolução SESA 700/2013; Resolução SESA nº 0674/2010; Resolução SESA nº 457/2008.
- Outras legislações: Decreto-Lei nº 986/1969; Portaria nº 326/1997; Lei Estadual nº 13331/2001; Decreto nº 5711/2002; Lei nº 10.674/2003; Lei 8080/1990; Portaria MS – nº 2616/1998; Resolução Estadual Nº 1076/1997; Portaria Ministerial Nº 453/1998; Lei Federal nº 5991/1973; Lei Federal nº 6360/1976; Portaria Federal nº 344/1998; Resolução Estadual nº 226/1999; Portaria Ministerial 2616/199; Lei Estadual 13331/2001; decreto Estadual 5711/2002.